COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO TIMOR-LESTE

N.º 26 Março de 1988

Portugal: Timor-Leste em foco

Desde o início deste ano que a questão de Timor-Leste está a passar por uma nova dinâmica. Esta dinâmica tem-se traduzido numa multiplicidade de iniciativas, tanto a nível oficial como não-oficial, e vem colocar, com uma urgência crescente, a necessidade de Portugal definir uma estratégia global e ofensiva.

Como já aqui divulgámos, acções levadas a cabo por parlamentares portugueses PE (com um contributo decisivo para a rectificação e aprovação na Comissão Política do Parlamento do relatório Van Heuvel sobre a violação dos direitos humanos na Indonésia) e no IV Encontro anual CEE/ASEAN, vieram reforçar a posição defensiva em que se encontra a Indonésia.

Entretanto em Janeiro, o governo nomeou o diplomata Rui Quartim Santos para acompanhar em exclusivo os assuntos de Timor-Leste no âmbito do MNE.

Não podemos deixar de nos regozijar com tal nomeação já que ela vem de encontro a uma necessidade há muito sentida e defendida pela CDPM (ver o documento apresentado aos partidos políticos portugueses "Por uma política externa nova, actuante e eficaz" in **Funu** n.º 15, Dezembro de 1986). Aliás, esta nomeação reflectiu-se já no excelente trabalho que a delegação de Portugal junto das Nações Unidas em Genebra tem estado a desenvolver.

Por outro lado, Cavaco Silva não deixou de aproveitar a sua deslocação aos EUA para abordar o problema. Segundo a imprensa portuguesa, o primeiro-ministro afirmou que **"não há nenhuma razão para a opinião pública internacional, especialmente a opinião pública dos Estados Unidos, esquecer a situação de Timor-Leste. Cavaco Silva lembrou que as tropas indonésias já mataram milhares de pessoas em Timor desde que ocuparam o pequeno território. Perguntava o primeiro-ministro o porquê do esquecimento da situação de Timor quando não há diferença entre o que se passa em Timor e o que se passa no Afeganistão ou no Cambodja, países sobre os quais se tem mobilizado a opinião pública internacional."**

O relatório de Perez de Cuellar, avançando a possibilidade de deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa àquele território, veio definir um novo quadro interno para o debate do problema.

O convite oficial feito pelo DPR (Parlamento indonésio) à AR veio concentrar as atenções em torno desta deslocação.

Exceptuando o PSD, que enquanto partido do poder oscila entre as chamadas "razões de Estado" e os princípios de defesa da pessoa humana, que reivindica como seu ideário, os restantes partidos têm vindo a clarificar a sua posição face a esta possibilidade. É o caso do PS que no seu VII Congresso, realizado entre 19 e 21 de Fevereiro passado, adoptou, por unanimidade e aclamação, uma moção onde expressamente se opõe **"a que a AR, órgão de soberania não incumbido da condução de negociações internacionais, mas sim da aprovação de tratados, aceite o convite da Indonésia para visitar aquele território, enquanto não estiver consolidada uma solução global para o problema de Timor-Leste no âmbito das Nações Unidas e enquanto a Indonésia persistir no uso da violência contra os timorenses, rejeitando o seu direito à autodeterminação, e se recusar a reconhecer a nossa qualidade de potência administrante à luz do direito internacional."**

Por outro lado, a chegada a Lisboa — a convite da CDPM que providenciou à sua deslocação — de Inácio de Moura, recentemente saído de Timor-Leste onde foi utilizado algumas vezes pelas autoridades de ocupação como guia oficial, veio esclarecer algumas "técnicas" utilizadas pelos indonésios e evidenciar os limites de tais visitas.

A Indonésia não muda a sua posição

Em Estrasburgo, no dia 10

Parlamento Europeu debate Timor-Leste

POVO TIMORENSE VIVE NUMA ILHA TRANSFORMADA EM ENORME PRISÃO

— afirmou representante da Pax Romana

Presidente convoca Conselho de Estado para apreciar situação em Timor-Leste

Direitos do Homem

Indonésia sofre derrota na ONU

Jacarta esconde situação em Díli

— acusa Portugal

NUNO ROCHA NUNCA SAIU DE DÍLI

Timor: o regresso do último funcionário

NESTE NÚMERO:

- **Portugal: Timor-Leste em foco**
- **Revés indonésio nas Nações Unidas**
- **Encontro Europeu de Solidariedade em Viena**
- **Mensagem de Xanana Gusmão para a CDPM**

Da entrevista que concedeu ao jornalista do **Diário de Notícias** Óscar Mascarenhas, transcrevemos:

"Sobre as prisões, Inácio de Moura lança já o alerta a futuros visitantes: é,preciso desconfiar do que se vê. As autoridades militares, sempre que há visitas, têm o cuidado de retirar os presos e 'encarcerar' funcionários. A diferença é grande: ele lembra-se de que, no ano que passou na prisão, só lhe deram arroz — o que é uma excelente receita para emagrecer e perder cores. Por isso, há que suspeitar de presos com bom aspecto e boas cores por detrás das grades. Vários funcionários do meu serviço tiveram de fazer as vezes de presos", revelou.

"Não há só as duas prisões de Dili, a de Balide e a de Becora, avisa Inácio de Moura, que está convencido de que todos os comandos militares têm a sua prisão e o seu centro de interrogatórios, sob controlo do serviço secreto Intel. (...)

"Mesmo que os visitantes tivessem pedido para ir a tais lugares [onde se verificam as violações dos direitos humanos], **não iriam: a desculpa seria a falta de transporte, a avaria dos helicópteros, as estradas inundadas."**

A sessão do Conselho de Estado que se anuncia para 9 de Março próximo dedicada a este problema ocorre assim num momento particularmente delicado

A existência de teses distintas quanto à estratégia a adoptar pelo Estado português esteve na origem da convocatória da reunião deste órgão consultivo da Presidência. Para além dos desentendimentos verificados entre o governo e a AR, parecem verificar-se igualmente divergências de pontos de vista entre a Presidência e o governo e mesmo no seio deste. O semanário **Expresso** de 30 de Janeiro indicava que a posição deste último seria a de avalizar e apressar as negociações com a Indonésia, directas ou indirectas (a deslocação do MNE Deus Pinheiro a Nova Iorque inserir-se-ia neste plano) enquanto que o PR defenderia que Portugal tem trunfos importantes a jogar e que há dificuldades internas e externas na Indonésia que interessaria aproveitar.

No encontro com os jornalistas em que deu a conhecer a convocação do Conselho de Estado **("para analisar a evolução da situação em Timor-Leste")**, Mário Soares afirmou que **"alterações existentes na situação de Timor-Leste, nomeadamente o convite dirigido aos deputados portugueses para visitar o território"** justificam tal convocação. Segundo Soares, a convocatória foi feita em consonância com o primeiro-ministro.

Fica em aberto o saber-se até onde conseguirá ir o CE no seu contributo para a definição da estratégia a longo prazo que falta ao Estado português. □

Revés indonésio nas Nações Unidas

Não é ainda possível fazer-se um balanço do que se passou na 44.ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos, reunida em Genebra de 1 de Fevereiro a 11 de Março. As expectativas eram bastantes, porque havia situações novas. Para já, o facto de maior relevo foi a derrota da candidatura indonésia à Subcomissão dos Direitos Humanos.

Portugal ocuparia o seu lugar como Estado membro da CDH, eleito para o triénio 1988-1990; S. Tomé e Príncipe e Moçambique estariam também presentes entre os 43 Estados membros; a Comissão tomaria conhecimento da resolução sobre Timor-Leste aprovada em Agosto de 1987 pela Subcomissão dos Direitos Humanos; e, soube-se no início dos trabalhos, a Indonésia candidatava um especialista em contra-informação dos seus serviços secretos como "perito em direitos humanos", a eleger para a Subcomissão.

Esta pretensão foi porém derrotada nas votações realizadas no dia 29 de Fevereiro, nas quais o candidato Jusuf Wanandi obteve, em três sucessivas voltas, respectivamente dez, um e dois votos.

A representação portuguesa tomou posição, no caso de Timor-Leste, através de intervenções cuidadosamente fundamentadas. Mesmo quando utilizou de improviso o seu direito de resposta, teve a preocupação de distinguir o essencial do acessório e de fornecer aos outros participantes os elementos relevantes da sua argumentação, relembrando os factos históricos significativos e o seu enquadramento jurídico-político à luz do Direito Internacional.

À intervenção do embaixador Costa Lobo no ponto relativo ao "direito à autodeterminação" veio juntar-se, no final da mesma semana (12 de Fevereiro) o discurso proferido, perante a CDH, pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso. Nele se afirma, no que diz respeito a Timor-Leste: **"Apesar dos esforços da potência ocupante, a invasão militar e o tempo passado sobre ela não conseguiram cobrir de silêncio o problema e classificá-lo na memória da comunidade internacional. (...) Portugal, na sua qualidade de potência administrante, reconhecida pelas Nações Unidas, deste território não-autónomo, cujo processo de descolonização foi ilegalmente interrompido por uma acção militar de uma terceira potência, considera que é seu dever chamar a atenção da comunidade internacional sobre a necessidade de fazer respeitar em Timor-Leste os princípios e os direitos que foram sempre considerados como essenciais para qualquer povo: o direito à autodeterminação, à sua identidade étnica, cultural, social e religiosa e ao respeito pelos valores e liberdades essenciais da pessoa humana".**

O embaixador indonésio em Genebra, Poedji Koentarso, utilizou o direito de resposta para contar a sua versão dos acontecimentos de 1974-75 em Timor-Leste, assim tentando justificar a invasão e anexação do território. Ao contrário do que é habitual, não atacou uma única vez as ONG, concentrando-se na tarefa de demolir o edifício da argumentação portuguesa.

A posição indonésia foi na generalidade considerada como claramente defensiva, perdendo-se em detalhes que confundiam e enfraqueciam a explicitação das suas teses. Refira-se, como curiosidade, que no ponto 10 da ordem do dia o embaixador Koentarso optou, à última hora, por não ler perante a Comissão um parágrafo incluído no seu discurso sobre a viagem do jornalista Nuno Rocha àquele território.

Ainda no ponto relativo ao "direito à autodeterminação" usaram da palavra três Organizações Não-Governamentais (ONG) para abordar o caso de Timor-Leste: **Pax Romana, Pax Christi** e, pela primeira vez, uma organização de mulhe-

res, a **Women's International League for Peace and Freedom**.

Do conjunto de intervenções conhecidas até ao fecho desta edição, gostaríamos de destacar alguns breves comentários:

1. De uma forma muito mais clara do que em anos anteriores, o centro do debate sobre a questão de Timor-Leste foi o direito do povo maubere à autodeterminação. Todos os outros casos de violação dos direitos humanos — prisões arbitrárias, execuções sumárias, desaparecimentos, torturas... — são consequência da negação desse direito fundamental de todo e qualquer povo.
2. A transparência e firmeza da diplomacia portuguesa conseguiu criar entre todos os participantes, sobretudo entre os Estados membros da Comissão, uma disponibilidade maior para escutar a voz do povo timorense, para impedir que ele caia no esquecimento da comunidade internacional. Portugal pode encontar e desenvolver novos e velhos apoios.
3. A atitude que a diplomacia portuguesa adoptou durante anos, chamada de *"low profile"* (posição discreta), perante a Indonésia, nunca teve qualquer resultado positivo, antes aumentava continuamente a arrogância e a capacidade de manobra da potência ocupante. Pelo contrário, uma postura rigorosa, coerente e firme permitiu pôr a nú a indefensável posição da Indonésia e as fraquezas da sua diplomacia.
4. A importância da informação correcta na luta contra as violações dos direitos do homem foi sublinhada pelo Secretário de Estado Durão Barroso quando afirmou **"a falta de formação e de informação é, com efeito, um aliado objectivo do silêncio que muitas vezes encobre as mais chocantes violações dos direitos humanos e com o qual contam os violadores"**.
5. **O papel das Organizações Não Governamentais (ONG) foi também reconhecido pelo Secretário de Estado: "o meu Governo entende manter com elas uma atitude de diálogo e abertura. Os ideais que as motivam e o respeito que merecem por parte da opinião pública tornam as ONG agentes privilegiados para a promoção dos direitos do homem e para a denúncia das mais flagrantes violações"**. Registamos com agrado o reconhecimento. □

Encontro Europeu de Solidariedade em Viena

No fim-de-semana de 13 e 14 de Fevereiro realizou-se em Viena o VIII Encontro Europeu dos Grupos de Solidariedade com Timor-Leste.

Estiveram representados os grupos de Espanha, França, Holanda, RFA, Grã-Bretanha e Portugal. Como observadores, Abílio Araújo, chefe da DFSE (Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior), um elemento do grupo de solidariedade de Osaca (Japão) e Inácio de Moura, recém-chegado de Timor-Leste.

Da análise da situação prevalecente no território sobressaíram os seguintes pontos: continuação da Resistência, tanto armada como clandestina, apesar das campanhas militares e da repressão quotidiana; carácter tipicamente colonial da ocupação indonésia; impossibilidade de uma solução militar e consciência cada vez mais ampla da necessidade de uma negociação que conduza à paz; clarificação dos contornos políticos em que devem basear-se as negociações (ver mensagens de Xanana Gusmão divulgadas durante 1987); reforço da plataforma UDT/FRETILIN.

Do ponto de vista diplomático, a evolução no último ano foi caracterizada da seguinte forma: estratégia defensiva por parte da diplomacia indonésia, publicamente reconhecida; iniciativas de Portugal, cujo sentido nem sempre tem sido claro e coerente, mas de resultados pontuais significativos para a defesa dos direitos do povo maubere.

Uma vez mais foi reiterada a convicção profunda de que nenhuma solução pode ser efectiva sem a real participação do povo timorense, pelo que se torna urgente o reconhecimento oficial, por parte do Estado português, dos seus representantes.

As recentes condenações de que foi alvo o regime de Jacarta na União Interparlamentar, na Subcomissão dos Direitos do Homem, no Parlamento Europeu, são marcos significativos que devem ser potencializados na procura de uma solução justa e respeitadora das leis internacionais.

Nesse sentido, foi decidido articular acções, durante o ano de 1988, aos seguintes níveis: Nações Unidas (Comissão de Descolonização, Subcomissão dos Direitos Humanos), Parlamento Europeu, Conselho da Europa e Parlamentos nacionais em diversos países, Movimento dos Não-Alinhados e IGGI (Inter-Governmental Group on Indonesia). Uma intervenção particular será desenvolvida junto da opinião pública cujos governos vendem armas à Indonésia.

A capacidade de fornecer informação fidedigna em tempo útil, base para uma reflexão e uma acção coerentes e eficazes, foi amplamente debatida. Apesar do bloqueio sistemático e da repressão a que todos aqueles que o rompem estão sujeitos (caso de Zeca Moniz, estudante universitário timor assassinado em Dezembro passado em Yogyakarta - Indonésia), a informação vai chegando ao exterior com regularidade embora muitas vezes com atraso significativo relativamente à data do acontecimento. É o que sucede com os inúmeros casos de violações dos direitos humanos, cujos detalhes levam meses a recolher e a conferir; como exemplo: o ano passado, ao aproximar-se o início das sessões da CDH, não havia praticamente nenhuma informação sobre pessoas presas, torturadas, desaparecidas ou executadas durante 1986; mas este ano pela mesma altura, possuimos já o relato de dezenas de casos verificados nesse ano, faltando-nos, agora, a informação referente a 1987...

Neste contexto, foi decidido apoiar a divulgação da informação por parte dos movimentos de libertação que a ela têm acesso de uma forma privilegiada e aperfeiçoar todo o trabalho informativo já existente ao nível dos grupos de solidariedade, contribuindo para o objectivo fundamental de poder criar junto da opinião pública e dos poderes instituídos um conhecimento real de Timor-Leste, base de uma sensibilização que permitirá exigir uma solução justa e digna. □

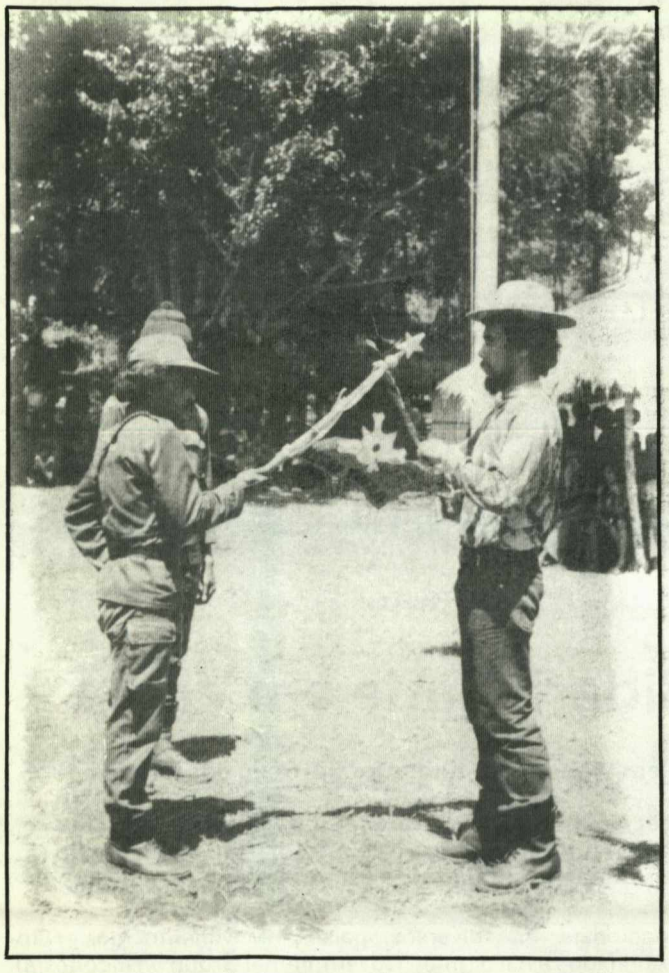
Mensagem de Xanana Gusmão para a CDPM

Nos finais de Janeiro recebeu a CDPM uma mensagem, vinda de Timor-Leste, do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN) e assinada por Xanana Gusmão.

Porque ela representa a saudação dos que lutam no interior do território pelas aspirações mais profundas de um povo com o qual estamos, incondicionalmente, solidários e, porque embora dirigida a nós, ela atinge todos os que têm estado a seu lado, não resistimos à tentação do orgulho de aqui a divulgarmos.

É uma pequena forma de fecharmos este abraço da dimensão do mundo.

Sempre juntos!



Não é um mero gesto de reconhecer favores, como se se tratasse de saldar alguma dívida, porque pensamos que qualquer atitude positiva que promova a defesa dos DIREITOS do POVO MAUBERE é um acto de idoneidade e largueza políticas, que não sugere qualquer tipo de pressões como não requer o estabelecimento de prévias condições para motivar tal postura.

Infelizmente, pouco conhecemos das actividades desenvolvidas por essa Comissão, para além da sua menção nalguns recortes que, difícil e parcamente, nos chegam às mãos. Contudo, possuimos a absoluta certeza de que a formação da CDPM foi inspirada por uma firme convicção de defender uma causa justa, uma causa de direito, inalienável, pelo que acreditamos firmemente que foi dispendido amplo esforço, muito embora tenhamos que reconhecer, nós próprios, que as dificuldades que essa Comissão teve e terá que enfrentar, são apenas reflexo da nossa difícil Resistência, da LUTA do nosso POVO! Possuimos, ainda assim, a serena confiança de que nada fará vacilar os objectivos a que essa Comissão se propôs a defender!

Oferecer algo de nós próprios, oferecer algo que, pelo menos, sirva para afirmar-nos como um Povo que sabe exprimir os seus próprios valores, constitui também um aspecto da nossa Resistência. É, neste sentido, que ousamos oferecer à CDPM uma casa típica de TIMOR LESTE, trabalhada em casca de tartaruga... dos nossos mares que, por possuir petróleo, são objecto de ambição dos fortes e poderosos...

Mui pouco podemos fazer na actual situação... de uma guerra que já leva consigo DOZE ANOS de extremas dificuldades e sofrimentos sem conta... Não é uma obra maravilhosa, somos disso sabedores; porém, cremos que o desvelo com que o guerrilheiro Maleny Okar acarinhou as suas horas de labor pode contrapor-se à carência de uma melhor inspiração artística. Não temos culpa disso, já que o colonialismo português manietou o pensamento maubere e paralisou o movimento artístico e cultural do nosso POVO! Se, há pouco mais de uma década, o artesanato timor só servia para enfeitar as salas dos administradores e dos agentes da Pide, hoje, nos campos de concentração, o nosso POVO faz do artesanato um simples recurso de sobrevivência... à fome e à miséria...

Os guerrilheiros que, além de combater o criminoso ocupante da nossa PÁTRIA, têm procurado aprender e exprimir as manifestações que sustentam a identidade cultural do nosso POVO, não podem ser, efectivamente, os exponentes desejados da arte maubere.

APÓS DOZE ANOS DIFÍCEIS DE RESISTÊNCIA ARMADA, com a inequívoca solidarieda da CDPM, nada mais nos resta que manifestar, com a pobreza que nos assiste, a nossa profunda gratidão a todos quantos, fazendo parte da CDPM, se identificaram com as supremas aspirações do POVO MAUBERE!

Com elevado apreço e consideração,

PÁTRIA OU MORTE!
RESISTIR É VENCER!
A LUTA CONTINUA, EM TODAS AS FRENTES!

Quartel-General do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, aos 15 OCT 1987

O PRESIDENTE DO CRRN,

KAY RALA XANANA GUSMÃO
COMANDANTE-EM-CHEFE DAS FALINTIL

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317